

***Concessionária das Rodovias Ayrton
Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período de 27 de Abril a
31 de Dezembro de 2009 e
Parecer dos Auditores Independentes*

(Reapresentado)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Itaquaquecetuba - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao período de 27 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações correspondentes ao período de 27 de abril a 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, essas demonstrações financeiras, originalmente aprovadas pela Administração em 15 de janeiro de 2010, estão sendo rerepresentadas para contemplar reclassificações contabilizadas retrospectivamente, assim como divulgações adicionais para adequá-las às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, as demonstrações financeiras estão sendo rerepresentadas para incorporar informações adicionais às notas explicativas.

São Paulo, 24 de setembro de 2010, exceto para a nota explicativa nº 26, cuja data é 16 de novembro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>2009</u> (Reapresentado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>2009</u> (Reapresentado)
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5	80.667	Fornecedores		6.038
Clientes	6	6.678	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11	1.573
Despesas antecipadas	7	3.036	Notas promissórias	12	351.756
Impostos a recuperar		804	Obrigações sociais		857
Outros créditos		<u>1.311</u>	Empresas ligadas	13	265
Total do ativo circulante		<u>92.496</u>	Credor pela concessão	14	308.499
			Outras contas a pagar		<u>1.581</u>
NÃO CIRCULANTE			Total do passivo circulante		<u>670.569</u>
Realizável a longo prazo-			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b)	2.571	Capital social:		
Imobilizado	8	30.697	Subscrito	16.a)	85.946
Intangível	9	<u>560.547</u>	A integralizar	16.a)	(65.221)
Total do ativo não circulante		593.815	Prejuízos acumulados		<u>(4.983)</u>
			Total do patrimônio líquido		15.742
TOTAL DO ATIVO		<u>686.311</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>686.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u> (Reapresentada)
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Receita com arrecadação de pedágio	17	68.797
Receitas acessórias	17	<u>2.379</u>
		71.176
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Impostos sobre arrecadação de pedágios e com receitas acessórias		(6.121)
		<u>65.055</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(29.857)
		<u>35.198</u>
LUCRO BRUTO		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	18	(9.527)
Outras receitas, líquidas		<u>5</u>
		(9.522)
		<u>25.676</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	19	4.105
Despesas financeiras	19	<u>(37.335)</u>
		(33.230)
		<u>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>
		(7.554)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferidos	10.b)	<u>2.571</u>
		2.571
		<u>PREJUÍZO DO PERÍODO</u>
		(4.983)
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO PERÍODO (EM MILHARES)		<u>85.946</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO NO FIM DO PERÍODO - R\$		<u>(0,06)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>		
Subscrição de capital	16.a)	85.946	(65.221)	-	20.725
Prejuízo do período		-	-	(4.983)	(4.983)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>85.946</u>	<u>(65.221)</u>	<u>(4.983)</u>	<u>15.742</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u> (Reapresentada)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.554)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	10.945
Encargos financeiros e variação monetária sobre notas promissórias	19.842
Baixa do ativo imobilizado	5
Variação monetária sobre credor pela concessão	16.431
Aumento nos ativos operacionais:	
Clientes	(6.678)
Impostos a recuperar	(804)
Despesas antecipadas	(3.036)
Outros créditos	(1.311)
Aumento nos passivos operacionais:	
Fornecedores	6.038
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.573
Obrigações sociais	857
Empresas ligadas	265
Outras contas a pagar	1.581
Juros pagos	(25.986)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>12.168</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(31.442)
Aquisição de intangível	(118.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(150.242)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Captação de notas promissórias	696.775
Integralização de capital	20.725
Pagamento de credor pela concessão	(151.984)
Pagamento de notas promissórias	(346.775)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>218.741</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u><u>80.667</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>
RECEITAS	
Com arrecadação de pedágio	68.797
Outras receitas	<u>2.384</u>
	<u>71.181</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)	
Custo dos serviços prestados	(17.613)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.533)
Outros	<u>5</u>
	<u>(25.141)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	46.040
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(10.945)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>35.095</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
Receitas financeiras	4.105
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>39.200</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>39.200</u>
Pessoal	<u>5.854</u>
Remuneração direta	4.396
Benefícios	1.204
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	254
Impostos, taxas e contribuições	<u>4.524</u>
Federais	1.000
Municipais	3.524
Remuneração de capitais de terceiros	<u>33.805</u>
Juros	33.048
Aluguéis	757
Remuneração de capitais próprios	<u>(4.983)</u>
Prejuízo do período	(4.983)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E
CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de artes e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Companhia possui a obrigação contratual para pagamento de direito de outorga, no valor total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Do total da obrigação, R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo está sendo pago em 18 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento final em dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, para atender aos compromissos de ampliações futuras conforme o contrato de concessão são estimados R\$828.000 até 2039.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$578.073, substancialmente composta por notas promissórias captadas para o financiamento das operações, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis na Companhia e nos recursos disponíveis na controladora e nos fluxos de caixa projetados para as operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram originalmente aprovadas pela Administração em 15 de janeiro de 2010 e divulgadas em 18 de fevereiro de 2010 e estão sendo reapresentadas para contemplar determinadas reclassificações.

As principais reclassificações foram as seguintes:

	<u>Saldos originalmente reportados</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Saldos reapresentados</u>
<u>Balanco patrimonial</u>			
Ativo circulante-			
Impostos a recuperar	14	790	804
Ativo não circulante-			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.261	(1.690)	2.571
Passivo circulante-			
Provisão para imposto de renda e contribuição social	900	(900)	-

	<u>Saldos originalmente reportados</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Saldos reapresentados</u>
<u>Demonstração do resultado</u>			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1.690)	1.690	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.261	(1.690)	2.571
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Atividades operacionais-			
Juros pagos	(14.861)	(11.125)	(25.986)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.293	(11.125)	12.168
Atividades de investimento-			
Aquisição de intangível	(278.684)	159.884	(118.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(310.126)	159.884	(150.242)
Atividade de financiamento:			
Captação de notas promissórias	700.000	(3.225)	696.775
Pagamento de credor pela concessão	-	(151.984)	(151.984)
Pagamento de notas promissórias	(353.225)	6.450	(346.775)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	367.500	(148.759)	218.741

Adicionalmente, em virtude do processo de abertura de capital, a Administração da Companhia incluiu informações adicionais às notas explicativas para adequá-las às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações e a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data de encerramento do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicos foram emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação em 2010. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/10 e pela Resolução CFC nº 1.279/10, a Companhia optou por não adotar os novos pronunciamentos, interpretações e orientações na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2009.

Os pronunciamentos (CPCs) e as interpretações (ICPCs) que poderão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
41	Resultado por Ação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40
ICPC	Título
01	Contratos de Concessão
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos e interpretações técnicas emitidos pelo CPC, razão pela qual ainda não os adotou na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009. A Companhia entende que os principais impactos ocorrerão pela forma de registro das concessões que será substancialmente alterada pela ICPC 01 - Contratos de Concessão. No entanto, devido à complexidade de alguns temas e às indefinições quanto aos critérios de reconhecimento dos contratos de concessão, ainda não foi possível estimar os efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio e os correspondentes ônus de 3% são reconhecidos quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, até a data de encerramento do período. As operações registradas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata.

- Instrumentos financeiros

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado se mantidas para negociação ou designadas pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do período.

- Outros instrumentos financeiros

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de perda do valor recuperável (“impairment”).

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado. As melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Ônus da concessão

Refere-se a ônus proveniente do direito de concessão do sistema rodoviário constituído pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 30 anos e amortizados linearmente ao resultado por esse prazo.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda não tivesse sido registrada. A Companhia não identificou evidências de que o valor do ativo não seria recuperado e, portanto, não foi necessário estimar o valor recuperável em 31 de dezembro de 2009.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até a data do balanço patrimonial pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a geração de lucro tributável futuro, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração da Companhia revisa anualmente essas projeções para não ultrapassar o prazo de realização de dez anos.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

- Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, deduzidos de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 12).

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

e) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento do período.

f) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 14).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>
Caixa	3
Bancos conta movimento	865
Numerário em trânsito (a)	954
Fundo de troca	<u>786</u>
	2.608
Aplicações financeiras-	
Recursos não vinculados (b)	<u>78.059</u>
	<u>80.667</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média.

6. CLIENTES

	<u>2009</u>
Pedágio eletrônico	6.258
Cupons de pedágio	365
Outros	<u>55</u>
	<u>6.678</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>2009</u>
A vencer	<u>6.678</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2009 é de R\$3.036 e é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 22).

8. IMOBILIZADO

	<u>2009</u>			
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Pavimentações e conservação especial	11,1	9.688	(120)	9.568
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5	1.865	(132)	1.733
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	9.962	(431)	9.531
Máquinas e equipamentos	10,0	79	(2)	77
Móveis e utensílios	10,0	446	(13)	433
Terrenos e edifícios	17,6	14	-	14
Demais melhorias e ampliações	8,0	7.445	(40)	7.405
Adiantamento a fornecedores e outros		<u>1.938</u>	<u>(2)</u>	<u>1.936</u>
		<u>31.437</u>	<u>(740)</u>	<u>30.697</u>

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

A movimentação do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2009</u>
Pavimentações e conservação especial	9.688	-	-	9.688
Sinalização e dispositivos de segurança	1.870	(5)	-	1.865
Hardware e equipamentos de pedágio	9.981	-	(19)	9.962
Máquinas e equipamentos	79	-	-	79
Móveis e utensílios	446	-	-	446
Terrenos e edifícios	14	-	-	14
Demais melhorias e ampliações	7.445	-	-	7.445
Adiantamento a fornecedores e outros	<u>1.919</u>	<u>-</u>	<u>19</u>	<u>1.938</u>
	<u>31.442</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>31.437</u>

Depreciação acumulada:

	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Pavimentações e conservação especial	(120)	(120)
Sinalização e dispositivos de segurança	(132)	(132)
Hardware e equipamentos de pedágio	(431)	(431)
Máquinas e equipamentos	(2)	(2)
Móveis e utensílios	(13)	(13)
Demais melhorias e ampliações	(40)	(40)
Outros	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(740)</u>	<u>(740)</u>

9. INTANGÍVEL

	<u>2009</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de outorga da concessão (a)	570.422	(10.194)	560.228
Software de terceiros (b)	<u>330</u>	<u>(11)</u>	<u>319</u>
	<u>570.752</u>	<u>(10.205)</u>	<u>560.547</u>

A movimentação do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Direito de outorga da concessão (a)	570.422	570.422
Software de terceiros (b)	<u>330</u>	<u>330</u>
	<u>570.752</u>	<u>570.752</u>

Amortização:

	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Direito de outorga da concessão (a)	(10.194)	(10.194)
Software de terceiros (b)	<u>(11)</u>	<u>(11)</u>
	<u>(10.205)</u>	<u>(10.205)</u>

- (a) O valor de “Direito de outorga da concessão” está registrado a valor presente, pela taxa de 6,8% ao ano, similar à taxa referente à captação das notas promissórias em junho de 2009, descontado o IPCA dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, o valor residual acumulado do direito de outorga é de R\$560.228 e a amortização do período findo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$10.194 e está registrada na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

O direito de outorga da concessão está sendo amortizado lineamente ao resultado pelo prazo de concessão, que ocorrerá até 2039.

- (b) Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente ao resultado pelo prazo de cinco anos e registrados na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A administração, com base em estudos internos, entende que os créditos fiscais diferidos serão realizados em até três anos, conforme segue:

	<u>2009</u>
2010	1.852
2011	444
2012	<u>275</u>
	<u>2.571</u>

b) Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social

	<u>2009</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.554)
Alíquota	<u>34%</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	2.568
Outros	<u>3</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social ao resultado do período	<u>2.571</u>

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2009</u>
Impostos sobre faturamento:	
ISS	842
Cofins	402
PIS	87
Outros	<u>242</u>
	<u>1.573</u>

12. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>2009</u>
Itaú	Nacional	Junho de 2010	CDI + 3,25%	<u>351.756</u>

Em 16 de dezembro de 2009, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 350 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 3,25% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios. Nessa emissão não houve custos de captação.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora direta Primav EcoRodovias S.A.: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,9 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,4 ponto. Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

13. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos relativos a operações com empresas ligadas estão apresentados a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Natureza</u>	<u>Aquisições do ativo imobilizado</u>	<u>Passivo circulante</u>
Consórcio Planalto (a)	Coligada	1.995	100
C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. (b)	Coligada	<u>1.732</u>	<u>165</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>3.727</u>	<u>265</u>

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelos controladores indiretos da Companhia: Primav Construções e Comércio S.A. e Impregilo Internacional Infrastructures N.V. e pelas empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. O prazo previsto para a conclusão das obras é outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, há um saldo de R\$52.740 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., controladora indireta da Companhia, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$5.370. O prazo previsto para a conclusão das obras é fevereiro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, há um saldo de R\$1.643 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 31 de dezembro de 2009, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

A remuneração paga aos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>
Salários e ordenados	177
Benefícios diretos e indiretos	<u>13</u>
	<u>190</u>

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>2009</u>
Parcelas fixas	308.097
Parcelas variáveis	<u>402</u>
	<u>308.499</u>

De acordo com o contrato de concessão, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em 1 parcela à vista de 20% e o saldo em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE.

Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas liquidadas correspondem a 47% da dívida.

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 6,8% ao ano, similar à captação de recursos ocorrida em 2009, descontado o índice de inflação acumulada do período de 12 meses, totalizando R\$24.735 em 31 de dezembro de 2009. No período findo em 31 de dezembro de 2009, foi revertido ao resultado o ajuste de R\$12.954, que somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$3.477, totaliza R\$16.431 de variações financeiras do direito de outorga, registrado como resultado financeiro.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguro necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o poder concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, a Companhia contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2009, não foram identificados assuntos que requeiram a constituição de provisão para contingências.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito de R\$85.946 é representado por 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cuja composição acionária é conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	85.945.996
Marcelino Kafart Seras	1
Federico Botto	1
Roberto Koiti Nakagome	1
Marcelo Guidotti	1
Total	<u>85.946.000</u>

Eventos societários

Em 27 de abril de 2009, quando da constituição da Companhia, o capital social foi integralizado em R\$1,00, correspondente a 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$85.945, correspondente a 85.945.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$85.946, correspondentes a 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse total, R\$20.725 foram integralizados em dinheiro, permanecendo o saldo de R\$65.221 pendente de integralização em 31 de dezembro de 2009. O saldo foi integralizado durante o período de 2010.

b) Capital autorizado

Conforme artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e demais condições da emissão, subscrição e integralização dessas ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

17. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:	
Pedágio em numerário	37.155
Pedágio por equipamento eletrônico	30.048
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>1.594</u>
	68.797
Receitas acessórias (*)	<u>2.379</u>
Receita bruta	<u>71.176</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessos.

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2009</u>		
	<u>Custo dos</u>	<u>Despesas</u>	
	<u>serviços</u>	<u>gerais e</u>	
	<u>prestados</u>	<u>administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	4.510	3.144	7.654
Conservação e manutenção	3.511	87	3.598
Serviços de terceiros (*)	3.377	5.402	8.779
Seguros	2.570	-	2.570
Poder concedente	2.135	-	2.135
Depreciação e amortização	10.945	-	10.945
Outros	<u>2.809</u>	<u>894</u>	<u>3.703</u>
	<u>29.857</u>	<u>9.527</u>	<u>39.384</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, consultoria e limpeza.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>
Receitas financeiras-	
Receita de aplicações financeiras	<u>4.105</u>
Despesas financeiras:	
Juros sobre notas promissórias	(16.617)
Amortização de custos com emissão de notas promissórias (*)	(3.225)
Juros sobre direito de outorga	(16.431)
Outras	<u>(1.062)</u>
	<u>(37.335)</u>
Resultado financeiro	<u>(33.230)</u>

(*) Refere-se aos custos da 1ª e 2ª emissões de notas promissórias, já liquidadas.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como destinadas à negociação. Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado na data do balanço patrimonial.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Notas promissórias: registradas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais deduzidos dos custos das transações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	6.678	6.678
Aplicações financeiras	78.059	78.059
Passivos:		
Notas promissórias	351.756	358.583
Credor pela concessão	308.499	320.282
Fornecedores	6.038	6.038

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI em empréstimos e financiamentos contraídos em reais e IPCA em credor pela concessão.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, não existindo clientes que correspondam a 5%.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias contratadas pela Companhia, e a exposição à variação do IPCA sobre o saldo do credor pela concessão, uma vez que a dívida está “descasada” das receitas da Companhia, que são reajustadas anualmente.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Notas promissórias	Alta do CDI	18.285	21.510	24.693
Credor pela concessão	Alta do IPCA	<u>7.061</u>	<u>8.842</u>	<u>10.629</u>
		<u>25.346</u>	<u>30.352</u>	<u>35.322</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,55%	10,69%	12,83%
IPCA (b)	4,20%	5,25%	6,30%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se ao índice do IPCA em 31 de dezembro de 2009.

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$41, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

22. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2009, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2009 a dezembro de 2010	237.912
Seguro garantia	Junho de 2009 a junho de 2010	159.298
Responsabilidade civil	Junho de 2009 a junho de 2010	114.565
Riscos operacionais	Junho de 2009 a junho de 2010	1.858.112
Riscos de engenharia	Junho de 2009 a junho de 2010	62.271

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Em 31 de dezembro de 2009, existe transação sem efeito de caixa, referente à parcela do direito de outorga de R\$292.068, ainda não paga.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de notas promissórias

Em 28 de maio de 2010, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 35 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,35 ponto.

b) Aumento de capital

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$34.000, correspondente a 34.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

25. APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 23 de setembro de 2010.

26. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às notas explicativas nº 13 e nº 20.d).
